

FICHA TÉCNICA

facebook.com/manuscritoeditora

© 2018

Direitos reservados para Letras & Diálogos

Uma empresa Editorial Presença

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

Título original: *D. Maria I — Uma Rainha Atormentada*

por Um Segredo Que a Levou à Loucura

Autora: *Isabel Stilwell*

Copyright © Isabel Stilwell, 2018

Copyright © Letras & Diálogos, Lisboa, 2018

Revisão histórica: *Joana Pinheiro de Almeida*

Revisão: *Carlos Jesus/Editorial Presença*

Capa: *Catarina Sequeira Gaeiras/Editorial Presença*

Imagens da capa: Age Photo/Fotobanco.pt

Fotografia da autora: © Pedro Ferreira

Paginação, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

ISBN 978-989-8871-62-6

Depósito legal n.º 445 737/18

1.ª edição, Lisboa, outubro, 2018

ÍNDICE

Árvore genealógica	
Casa de Bragança	12-13
I PARTE (1777-1782)	15
II PARTE (1784-1786).....	207
III PARTE (1787-1788)	297
IV PARTE (1788-1792)	403
Epílogo	538
<i>Dramatis personae</i>	548
Bibliografia	561

Ajuda, 10 de maio de 1777

Maria sorriu para o pintor, procurou sorrir, deixando descair ligeiramente o manto escarlate forrado a arminho, símbolo de majestade. O manto de uma rainha. Da primeira de Portugal.

Da rainha que já era, da rainha daqui a três dias confirmada, quando ajoelhada em frente ao missal e ao crucifixo prestasse juramento perante Deus. Prometeria governar o seu povo, administrar justiça o melhor que a fraqueza humana lhe permitisse.

Esperava que não se notasse, que o pintor não visse, a ansiedade que lhe ia dentro. O pânico, o pavor, o medo de defraudar a esperança que tomara o reino, após a morte do seu pai e da destituição do marquês de Pombal.

Sim, endireitaria as costas como o pintor lhe pedia e sorrindo de novo, um sorriso tímido, pousou sobre o ombro direito a longa trança entrelaçada por um fio de pérolas, endireitando a fita da banda que lhe cruzava o peito.

Como desejava suplicar-lhe que pintasse o que via por fora, apenas isso.

Pestanejou, por instantes fechou os olhos, mas pouco importava tê-los abertos ou cerrados, nem a claridade nem a escuridão afastavam o receio de ensandecer. Dissimularia, como fazia sempre. Enquanto fosse capaz.

Ontem à tarde não conseguira. As criadas areavam as peças de prata para o banquete da aclamação, quando a mãe lhe chamara a atenção para as estatuetas das oito nações confiscadas ao duque de Aveiro que dançavam sobre a mesa, refletindo o sol que entrava pelas janelas. Sem saber porquê fixara-se numa das figuras, a de um homem alto e esguio, os calções apertados abaixo dos joelhos, e subitamente o seu rosto tornara-se vivo, os olhos escancarados, enormes e acusadores, a boca aberta num grito lancinante, os braços desligando-se do corpo, que se desfazia, desmembrado.

Sentira uma vertigem, o pensamento a fugir-lhe, as mãos transpiradas de terror. «Quero sair daqui!», dissera, mas a urgência do apelo contrastara

com a voz baixa com que o pronunciara. Ninguém a ouvira, exceto a sua dama mais pequenina, exceto a anã Rosa, que, reconhecendo-lhe a aflição, lhe dera a mão, puxando-a para fora da sala. E ela deixara-se levar sem protesto.

Sim, que a pintasse por fora. Apenas por fora. Na tela, as flores do seu vestido, como desenhos feitos no céu pelo fogo de artifício, por dentro o estampido da explosão.

Ajuda, 11 de maio de 1777

Maria selou a carta e entregou-a nas mãos de Rosa, o rosto negro e reluzente aberto num sorriso alegre, de quem parece não ter uma preocupação no mundo. Saltitando de um pé para o outro, as pulseiras, os colares e os brincos pulando com ela, quis saber:

— Vossa Majestade deseja que a ponha nas mãos do mensageiro do costume?

A rainha anuiu com um sorriso preocupado:

— Já sabes que te agradeço a maior discrição.

— A discrição não me é difícil, senhora, o que me dói é ver-lhe a tristeza nos olhos, mas que sei eu disso — atalhou, simulando uma pirueta que deixava bem visíveis os minúsculos sapatos dourados, com que discretamente se rebelava contra o luto declarado por morte do rei D. José I. Não gostava dele, ou melhor, não gostara, o verbo devia conjugar-se no passado, felizmente. Nem dele nem do velho marquês, alto e esguio que a olhava lá de cima, aquelas sobranceiras coladas que metiam medo, com uma arrogância que nem os seus quase 80 anos haviam amolecido. Mas tudo isso era ontem!

— Despacha-te — pediu-lhe a rainha, e a negra esgueirou-se com inesperada destreza por entre os jarrões de porcelana que ladeavam a porta, desaparecendo.

Maria, por momentos sozinha, pousou a cabeça que latejava sobre as mãos. A luz da manhã entrava ténue pela janela da Real Barraca da Ajuda, o alaranjado do céu a prometer um dia sem nuvens. Dentro de instantes, as portas dos seus aposentos abrir-se-iam a damas e ministros, a intrigas sussurradas, a pedidos sem fim, a solicitações de que decidisse, fizesse justiça, reparasse todos os males, e eram tantos os que haviam sido cometidos nestes últimos trinta anos de terror.

Sabia bem que nas semanas que haviam precedido a morte do rei, nas masmorras das prisões e nas celas dos conventos, os familiares e

os confessores dos Távora e Aveiro haviam rezado com fervor redobrado para que a antevisão das penas do Inferno ditasse o arrependimento do soberano.

Esperara-o também ela, mas na lenta agonia o pai chorava-se pelos seus pecados de homem, mas recusava-se a admitir os de rei e, quando a doença lhe levava a voz, o pânico tomara-a, vendo-lhe a alma perdida. Não podia deixar-lhe um peso assim, dissera-lhe, beijando-lhe a mão, de joelhos junto da sua cama. Mas os olhos do pai desviavam-se, fingindo não a ouvir.

A mãe assumira por fim a regência, impedindo o marquês de Pombal de se aproximar do rei, e, por artes que só ela possuía, levava o marido a assinar a ordem de libertação do bispo de Coimbra, mandando que o trouxessem imediatamente ao paço. Pombal vira-se obrigado a cumprir.

Mas nem ela nem Mariana Vitória de Bourbon estavam preparadas para enfrentar o espectro de homem, a cara macilenta e cadavérica, a mesma despedaçada sotaina com que entrara no Forte das Maias há vinte anos, apoiado agora no braço de um sobrinho, um pé em frente ao outro num penoso esforço, observando-as como se não as visse, um olhar vago e perdido. Palavras, nenhuma, esquecera-as no silêncio de duas décadas.

Quantos mais havia como ele, homens de Deus condenados sem culpa, humilhados sem piedade, a somar a tantos outros expulsos do reino como se fossem criminosos, impedidos de ensinar e pregar, encarcerados pelo crime de serem jesuítas ou de fazerem frente a Sebastião de Carvalho e Melo?

Procurara o consolo da sua querida Teresa de Melo, amiga de infância, carmelita professa no mosteiro de Carnide, a força que não a deixara recuar, não deixava nunca. Mas Teresa, com aquela franqueza que simultaneamente a atraía e assustava, impacientara-se: «A roda da fortuna vai desandar, o Sagrado Coração quiere-a rainha!»

Era tempo de se encher de coragem e cumprir o Compromisso, recordara-lhe. O Ato Escrito, assinado por ambas quando em julho passado a saúde do rei não prometia retorno, em que juravam empenhar-se até ao último suspiro na reforma de Portugal. Não descansariam enquanto este não voltasse a ser o reino do Adorável Coração de Jesus, cujas chagas desde tempos imemoriais figuravam no seu estandarte.

Da alma do pai, a sua amiga Teresa já desistira. Mas ela não. Ela, nunca.

Não voltara a ouvir-lhe a voz, mas o coração enchera-se de esperança quando a mãe lhe entregara uma carta com as últimas vontades do rei, escrita numa caligrafia irreconhecível. Levantara os olhos procurando os da mãe, duvidando da autoria do escrito, mas Mariana Vitória de Bourbon limitara-se a exigir: «Cumpre-as, Maria Francisca, Maria I de Portugal.»

Sabia-a de cor, de tantas vezes lida. O pai não se arrependia, antes perdoava, para que Deus o perdoasse. Permitia-lhe que comutasse a pena daqueles criminosos condenados por conspirar contra a vida do rei, amnistiando-os. Apenas isso.

Nesse mesmo dia mandara libertá-los a todos, queria-os livres, desejava-os fora das prisões, dos fortes, de todos os lugares onde estivessem encarcerados.

Enquanto os cirurgiões embalsamavam o corpo de D. José I, preparando as exéquias, as ruas enchiam-se de comoção e alegria, de espanto e horror. «Uma ressurreição dos mortos», diziam-lhe uns. «O dia do Juízo Final», atemorizaram-na outros.

«Quantos são, quantos são?», perguntara. «Pelo menos, oitocentos. Só no Forte da Junqueira, das trinta e três vítimas de Pombal, onze morreram entretanto», ouvira aos seus ministros. Depois alguém referira o infeliz filho do duque de Aveiro, que para ali entrara aos 17 anos, de onde saía agora aos 39, sem família, sem nome, sem bens — sem as estatuetas que pertenciam ao pai e exibidos como troféus na mesa do banquete da sua aclamação!

Não admira que nem todos estivessem dispostos a esquecer, que ingénua fora. Perdoados de quê, se eram as vítimas e não os algozes, indignavam-se o marquês de Alorna, o conde de São Lourenço e os três irmãos do marquês velho de Távora. Inesperadamente tinham-lhe lançado no caminho um obstáculo imprevisto: recusavam a amnistia, recusavam a libertação. Ficariam encarcerados até que um tribunal provasse a sua inocência.

Desde esse dia que não dormia. A mãe opusera-se veementemente, protestando: «Maria Francisca, dessa vez pus-me de acordo com Pombal! Acredita que todos, mas todos, estavam metidos no atentado contra o teu querido pai. Muita sorte têm em lhes ter sido poupada a vida. Recusam a liberdade que a rainha de Portugal lhes oferece em nome do pai? Pois que fiquem presos. Não semeies dúvidas onde as não há.»

Nem uma nem outra pronunciaram o nome da amante do rei, Teresa de Távora, a marquesa nova, que durante longos anos descaradamente ostentara a sua relação adúltera com D. José, humilhando e enchendo de ciúmes a rainha. Sebastião de Carvalho e Melo aproveitara o ódio de D. Mariana Vitória para, numa improvável aliança, reduzir a cinzas uma família que se opunha aos seus planos, aqui e sobretudo no Brasil.

Por fim, decidira. Com muito sofrimento e medo de errar, mas decidira. Decretara que os cinco fidalgos se exilassem a algumas léguas de Lisboa, enquanto se revisitavam os seus processos. Convocara os magistrados, aguardava as conclusões.

Mas não eram os únicos a levantar a voz. Ainda ontem, aqueles que a queriam indispor contra o antigo ministro do pai garantiam-lhe que

o povo se revoltaria nas ruas contra Pombal, pedindo-lhe a cabeça. Queriam vingança, mas não a teriam. O seu reinado seria um reinado de amor, custasse o que custasse.

A mão fugiu-lhe para o estômago, que queimava de novo — estaria à altura da esperança que tantos depositavam nela?

Os passos leves e rápidos de uma criança vieram em seu auxílio:

— Mariana, já estás por aqui a esta hora — constatou, grata pela distração, deixando que a filha de quase nove anos a beijasse.

— Mãe, ontem fui ver a pantera que chegou do Brasil, é linda, o jardim zoológico tem cada vez mais bichos. E também vi o «china» anão que veio com ela. É tão engraçado, tem os olhos em bico, as damas tratam-no por D. Henrique. E sabe uma coisa... — continuou entusiasmada.

A rainha riu:

— Não sei, mas desconfio que me vais dizer, quer eu queira quer não...

Mariana, o cabelo dourado partido em duas tranças, riu:

— Ia só contar-lhe que o senhor D. Luís de Vasconcelos e Sousa também lhe enviou um preto anão, que fica lindo com o chapéu, o lenço e o capote com que o vestimos. — E, aproximando-se mais, sussurrou-lhe: — Não diga nada, mas acho que a D. Rosa se tomou de amores por ele.

— Mariana, não te metas na vida da Rosa — interrompeu a mãe.

Mariana fez uma careta:

— Desconfio que a mãe gosta mais dela do que de mim.

— Se não fosse disparate, era pecado. Não tens nada para me contar — retorquiu a rainha.

Mariana, ao ver à porta o irmão, assentiu.

— Mãe, o mano João tem um pedido para lhe fazer.

E voltando-se para o próprio, mais velho do que ela apenas um ano, mas seu escravo desde sempre, perguntou:

— Queres que seja eu a dizer o que é, João?

A rainha interrompeu-a:

— Lá estás tu a fazer de porta-voz do teu irmão, como se ele não soubesse perfeitamente dar conta dos seus recados.

O seu segundo filho corou até à raiz dos cabelos:

— Não lhe encomendei o sermão, mãe, vinha cá perguntar-lhe diretamente.

Mariana encolheu os ombros:

— Não encomendou o sermão, mas fica muito aliviado que seja a mana a perguntar à rainha se o pode emancipar. Para lhe jurar fidelidade no dia da aclamação, ao lado do mano-príncipe.

Faltavam dois dias para a cerimónia marcada para 13 de maio, dia de Nossa Senhora dos Mártires, a virgem que libertara Lisboa dos mouros. O dia, também, em que João fazia dez anos.

— É claro que sim. Não concordas, Maria Francisca? Tem mais do que idade para jurar servir a rainha, não haverá outro mais leal — ouviu atrás de si a mãe a dizer.

Estava decidido.

Que Deus a conservasse, precisava mais do que nunca dos seus conselhos. Sem eles não teria sido capaz de aceitar a demissão de Pombal. A mãe conhecia-as a ambas, a fragilidade da filha e a força do ministro. «Não te reúnas com ele uma vez que seja», dissera-lhe. Sabia bem como era difícil escapar à teia que a lisonja de Sebastião de Carvalho e Melo tecia em redor das suas vítimas. Mas Maria surpreendera-se a si própria. Fora firme, e o decreto em que aceita a sua demissão mandara-o ler em voz alta à porta da casa de Lisboa do todo-poderoso ministro. O marquês, com medo do povo que já pedia nas ruas a sua morte, refugiara-se primeiro na quinta de Oeiras e, não se sentindo seguro nem aí, exilara-se na vila de Pombal.

Não o voltara a ver, não desejava voltar a vê-lo, mas também não lhe queria mal, não lhe podia querer mal, estava proibida por Deus de acolher dentro de si ódio ou rancor. E, no entanto, se tudo era conforme devia, porque sentia aquele peso que lhe oprimia o peito a cada inspiração?



Robert Walpole, embaixador britânico em Lisboa, apressava-se para chegar a horas à Real Barraca da Ajuda, onde marcara encontro com o novo ministro-adjunto do Despacho e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, o marquês de Angeja, um homem inteligente e perspicaz, reconhecidamente desafeto de Pombal como convinha, mas, na sua nada modesta opinião, uma má escolha. Considerava Angeja, mas aos 61 anos, o queixo duplo já acentuado e as mãos papudas, parecia-lhe mais talhado para se dedicar à ciência e às plantas do seu jardim botânico do que para dar murros na mesa como iria ser necessário. Temia que a inexperiência da rainha, aliada ao espírito excessivamente conciliador do ministro, resultasse no fim das reformas pombalinas, que com tanto entusiasmo vira implementar. Mas sempre era melhor do que conversar com Aires de Sá, que, infelizmente, transitava do governo pombalino com a pasta dos Negócios Estrangeiros e que, francamente, era de inteligência limitada, a que juntava um temperamento indolente.

Apressou-se para não chegar atrasado, ajustando o novo chapéu de plumas. Entre escrever cartas e relatórios e os preparativos para o baile que a Embaixada britânica ofereceria na noite da aclamação, esquecera-se das horas. Ao descer os degraus, instintivamente tapou os olhos com a mão — há seis anos que vivia em Lisboa, mas os seus olhos claros

ainda protestavam todas as manhãs contra a luminosidade desta cidade, e invariavelmente dava por si a espirrar. Não gostava menos dela por isso, pensou, fazendo um gesto de agradecimento ao criado que fechava a porta da carruagem.

Como a maioria dos estrangeiros, também ele morava na Rua Buenos Aires, no topo de uma das colinas, onde o ar não estava contaminado pelo cheiro fétido que surgia mal as temperaturas subiam, longe das inundações que tornavam a Baixa intransitável no inverno. Daqui, a vista sobre o rio era deslumbrante, e, para norte, a paisagem das videiras, pontuadas com pequenas igrejas e casinhas brancas, não era menos bonita.

Lisboa era uma cidade de gente colorida, de contrastes imensos. Ainda há dias se rira ao ouvir, em casa do embaixador francês, um viajante recém-chegado a descrever escandalizado a forma como homens e mulheres dançavam nas ruas ao som de guitarras e tambores, que o puritano classificava de «licenciosas», sem evidentemente ser capaz de tirar os olhos delas. Metera-se descaradamente na conversa, dizendo-lhe que chegara no momento certo, porque novos e velhos saíam à rua a preparar as festas. O viajante não lhe parecera surpreendido, mas, quando lhe perguntara o nome e o que o trazia por cá, identificara-se simplesmente como Pierre Dezoteux, um viajante interessado em escrever um livro sobre Portugal, levando-o a suspeitar que se tratava de mais um espião, mais um, por vezes às escondidas dos próprios embaixadores. Este era jovem, não teria mais de 24 ou 25 anos, um nariz aquilino num rosto afilado, mas a expressão era dura para alguém de tão poucos anos. Suspeitava que fora formado no exército, talvez na cavalaria, a avaliar pelas botas, que, mesmo trajando à civil, não conseguira largar. Seria mais um enfeitado pelo senhor Voltaire?

Mantivera-se atento a com quem conversava e, quando o ouvira discretamente a perguntar a um dos criados se lhe indicava um intérprete para o acompanhar nas deambulações por Lisboa, confirmara a suspeita. E, obviamente, encontrara maneira de o emparelhar com um dos seus homens — em breve saberia quem servia, congratulava-se. Pelo tom com que lhe falara, amigo de Inglaterra visivelmente não era.

Pensou em Pierre Dezoteux com súbita inveja. Pelo menos o sortudo podia andar por aí livre, e mil vezes um dia nas docas a um beija-mão na corte! Não duvidava por um instante de que esta corte era um dos lugares mais entediantes em que um embaixador de Sua Majestade britânica podia servir, espartilhada num conjunto de regras estritas e protocolos infundáveis, num labirinto intrincado e cansativo de intrigas, onde além do mais era fácil ofender alguém sem se chegar a perceber porquê. Salvava-se a música, a paixão do rei D. José, mais ainda se possível de D. Mariana Vitória, e que as filhas haviam herdado. A orquestra da rainha era sublime, e os melhores cantores do mundo acabavam sempre aqui.

Salvara-o, também, a inteligência de Pombal, com quem se dera muito bem, mesmo quando este visava os interesses que estava ali para defender. Não nascera ontem, percebera desde logo que o poderoso ministro conquistara o poder pelo terror, assegurando a confiança ilimitada do senhor D. José, mas consegui-lo ao longo de três décadas era obra. Do que conhecera de Sua Majestade, no entanto, parecia-lhe que não era a marioneta nas mãos do ministro que lhe convinha deixar transparecer, e a prova dos nove tirara-a quando mesmo perante as ameaças de mulher, filha e confessores nem às portas da morte recuara na condenação dos Távora. Suspeitava que a nota em que autorizava a senhora D. Maria a amnistiar os presos políticos era falsa, provavelmente fabricada pela engenhosa rainha-mãe para dar sossego à rainha-filha. Reportara-o para Londres.

Fosse como fosse, até agora a rainha revelava uma moderação surpreendente. Ao contrário das previsões — inclusive as suas! —, limitara-se a aceitar a demissão do marquês, conferindo-lhe pelo resto dos seus dias o salário de secretário de Estado e acrescentando-lhe uma comenda, o que enfurecera os que o esperavam ver destituído de tudo. E era muito, Pombal enchera bem os bolsos, disse não tinha dúvidas. Esperava que a rainha Mariana Vitória ensinasse o que sabia à filha — a espanhola, arguta e com sentido de humor, salvava os diplomatas estrangeiros de morrerem de tédio nas longuíssimas cerimónias do palácio, porque das procissões e missas solenes que se repetiam várias vezes por dia, e a que, de uma forma ou de outra, nem um anglicano conseguia completamente escapar, só a arte de dormir sem dar nas vistas trazia algum alívio. Felizmente já se considerava perito.

Aproximou-se da janela da carruagem para olhar o rio, a areia da praia que se estendia ao longo do caminho para Belém, onde as mulheres estendiam a roupa a secar, enquanto as crianças brincavam em redor. Era solteiro, não tinha filhos, mas aos 41 anos era tempo de assentar. Talvez quando tivesse acabado de ver reposicionar as peças neste tabuleiro.

Gostava destes momentos que exigiam o máximo da sua diplomacia e lisonja, da sua capacidade reconhecida de levar e trazer informação, de se antecipar aos momentos-chave, posicionando-se sempre na linha da frente. E era fácil, num reino que dependia da Inglaterra em tantas frentes.

De qualquer forma, as interrogações que recentemente lhe chegavam de Londres eram outras. Perguntavam-lhe pelo «escândalo» que representava o recente casamento do filho da senhora D. Maria, de apenas 15 anos, com a tia Maria Benedita, com o dobro da idade, e o triplo do peso, pensou o embaixador, rindo-se da sua própria graça. Aos olhos da Europa civilizada, era incestuoso e contranatura, e os seus superiores queriam saber o que levava o rei D. José I a decretá-lo dias antes de morrer, e como reagira Sua Majestade, ao ver o pai impor-lhe a irmã na sucessão do trono.

Era difícil avaliar, porque afinal também a rainha era casada com um tio, irmão do pai, pensou com um esgar de desagrado. Para ser sincero, sempre que queria explicar a intrincada árvore genealógica da família real a um recém-chegado, via-se na contingência de empregar papel e lápis.

O embaixador francês — que via assim frustrado o plano de casar o príncipe com uma princesa francesa — confidenciara-lhe: «Não é só o senhor que vê tudo isto com estranheza, até o povo da rua pensa o mesmo. Não terão filhos, digo-lhe eu.»

Walpole não podia deixar de rir com o marquês de Blosset, que se gabava de escrever para Versalhes em cifra, mas cuja surdez o levava a falar sempre tão alto que suspeitava que a informação chegava a D. Luís XVI muito antes das cartas.

Sonsamente, procurara colocar sobriedade na conversa. Lembrara os seis filhos da rainha D. Maria, recordando que se tratava do desejo de um moribundo: o casamento fizera-se apressadamente dois dias antes da morte do rei, discretamente na capela do palácio, mas a consumação só acontecera depois da Páscoa, repetindo-se na Assembleia Britânica com um misto de escândalo e curiosidade mórbida, que fora a própria rainha a despir e preparar a irmã mais nova para a noite de núpcias. Vidas.

Repentinamente, a carruagem estacou, e Robert Walpole, sobresaltado, gritou com o cocheiro. O homem apontou-lhe as carruagens reais que vinham em sentido contrário, escoltadas por homens a cavalo, em magníficas librés.

Uma, duas, três, quatro, o embaixador desistiu de contar o carreirinho de formigas que, pressurosas, seguiam umas atrás das outras. Era sempre assim. A família real movia-se em bando, avós, pais, filhos, irmãs, camareiras, damas e aias, confessores e cantores, e uma infinidade de gente que se lhes colava a cada saída. A tinta de ouro com que eram magnificamente decoradas quase encandeava.

Reconhecendo a carruagem do embaixador, o estribeiro da rainha, vestido irrepreensivelmente com rendas a mais para o gosto de Walpole, aproximou-se, acenando-lhe com entusiasmo:

— Bom dia, senhor embaixador, a estrada é estreita mas em breve pode continuar o seu passeio.

Robert Walpole abriu-lhe um sorriso divertido:

— Lá se foi a minha intenção de viajar incógnito, senhor marquês de Marialva.

